



29 DE JANEIRO DIA DA VISIBILIDADE TRANS



Dia Nacional da Visibilidade Trans

Por Janaina Oliveira

No dia 29 de janeiro é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Trans, data criada em 2004 pelo Ministério da Saúde após a divulgação da campanha "Travesti e Respeito", desde então, pouco caminhamos para a inclusão de travestis e transexuais na sociedade, ainda temos grande dificuldade de acesso à educação, ao trabalho e à saúde, além de sofreremos com a violência e o desrespeito diariamente.

Muitas vezes a falta de compreensão sobre o que é ser trans acaba por rotular em nossa cabeça a imagem de que são pessoas exóticas, quase inumanas, e que possuem algum tipo de doença ou transtorno mental. Não podemos deixar também de visibilizar os casos de transfobias ocorridas nos últimos anos. Fatos de grandes retrocessos que deve ser repensado por toda sociedade. Nós somos travestis e transexuais e só queremos dignidade e respeito!

Joseane Borges (Coletivo Nacional da Secretaria LGBT)
O Brasil é o país que mais mata Travestis e Transexuais, dados produzidos pelas organizações Trans brasileiras e internacionais. O processo de violência, seja ela física ou psicológica, tem na sua raiz o processo de extermínio diário, que leva essas pessoas a ter uma expectativa de vida de até 35 anos.

O extermínio dessa população se inicia através da expulsão das escolas ou de seus lares, da exclusão dessas pessoas nos ambientes sociais ou do mercado de trabalho, deixando-as vulneráveis e na informalidade. O Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras foi quem trouxe a pauta LGBT para o centro do debate, tanto nas relações partidárias como as de governo, compreende que mesmo com alguns avanços, como no Sistema Único de Saúde (SUS) que passou a contemplar o atendimento integral para travestis, transexuais e transgêneros, com terapia hormonal e cirurgias, a identidade de gênero passou também a ser respeitada, com a inclusão do nome social no cartão do SUS, criação do módulo LGBT no Disque 100, criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, decreto que permite transexuais usarem nome social em órgãos federais, entre outras ações. É necessário avançar ainda mais. A defesa pela vida precisa ocorrer de maneira igualitária, não é possível construir mudanças e garantir direitos, se não houver transformações nas condutas.

Acreditar que o "modelo de família brasileira", nos moldes da heteronormatividade, seja a única forma de exemplo que precisamos para o respeito aos indivíduos, pois é nesse formato familiar que se cobra das famílias de maneira direta ou indireta que os pais executem correções no comportamento de seus filhos, gerando outra forma de violência, que leva esses pais a excluir seus filhos e filhas Travestis e Transexuais do seio familiar.

Não se identificar com o "sexo biológico" não é uma afronta a qualquer modelo social familiar, mas o direito enquanto indivíduo de expressar, e, é um direito de ser reconhecido e ser respeitado de acordo com a pluralidade e especificidades das identidades humanas.

Precisamos de um Congresso que não defenda apenas suas convicções pessoais que muitas vezes está numa linha excludente, mas um Congresso que pense a população segundo suas especificidades. Assim, população trans como um todo carece de legislação que garanta seus direitos e sua inclusão social.

O acolhimento e a garantia de uma vida digna e segura das mulheres trans e homens trans é a única maneira de permitir que se tornem médicos, professores ou tenham qualquer outra profissão almejada, e assim ganhem espaço de fato na sociedade.

A Secretaria LGBT do PT vem dialogando com a Secretária Nacional de Mulheres, Anne Karolyne Moura, a construção de ações visando incluir politicamente mulheres trans e travestis, e, ao mesmo tempo subsidiar o partido na defesa desta bandeira de luta, através da promoção de espaços de debate tendo este público como protagonista para que acumulem sobre seu empoderamento, participação política e na construção de políticas públicas nos governos petistas.

Bem como compreendemos a necessidade de dialogar como partido com a sociedade sobre o enfrentamento da transfobia, do abandono, da marginalização e das violências decorrentes dela.

Por isso convidamos a todos e todas, a lerem os artigos produzidos pelas lideranças Trans, Symmy Larrat (Presidenta da ABGLT) e Keila Simpson (Presidenta da ANTRA) e da Presidenta Nacional do PT Gleisi Hoffmann, sobre o dia da Visibilidade Trans.

Janaina Oliveira
Secretaria Nacional LGBT do PT

Do direito humano e do respeito à justiça social

Por Gleisi Hoffmann

A visibilidade trans e o desafio de superar tabus, preconceitos e entraves burocráticos em torno dessa questão da identidade de gênero são necessidades urgentes e gritantes, especialmente em tempos de tamanho ódio, violência e intolerância na sociedade.

Avançar nesse sentido dialoga diretamente com a nossa bandeira histórica da inclusão social, econômica, mas também sociopolítica e cultural. Porque vai da garantia de um direito humano, passa pelo respeito à diversidade e constrói a justiça social.

O Partido dos Trabalhadores, pioneiro no debate e implementação de cotas de gênero para alcance da igualdade na construção da sua direção, há muito vem inspirando os avanços às mulheres na própria legislação eleitoral. Precisamos fazer avançar, superar entraves legais e burocráticos também no âmbito da visibilidade trans. Há legendas progressistas, inclusive, sem o tamanho e a extensão da representação social que tem o PT, que estão na nossa frente nesse debate.

No ano passado, o Diretório Nacional do PT criou a Secretaria Nacional LGBT para "empoderar e fortalecer a luta LGBT por direitos, pela diversidade no interior do partido, nos estados, nas cidades, junto com o movimento de mulheres, com a juventude, com o movimento popular e o movimento sindical". Esse foi só um passo. Agora, temos inúmeros desafios internos e externos a vencer na pauta da visibilidade trans.

A burocracia eleitoral, por exemplo, só reconhece e oficializa as candidaturas de transexuais a partir do gênero e do nome na certidão das pessoas, não da sua identidade social e de gênero. Isso gera problemas e conflitos nos partidos. Mas o caminho se faz ao caminhar. Precisamos afirmar e reconhecer até na burocracia interna do PT a identidade social e a respectiva participação. E vamos construir isso, sim. Para mudar a sociedade, temos de dar o exemplo. Não é fácil, mas é possível.

Se estruturas de governo que são altamente engessadas conseguiram avançar, nós também podemos. Significa no mínimo garantir a participação das mulheres trans junto à representação política das mulheres e a de homens trans na chapa, representando os companheiros do Partido.





Somos do partido que implementou no governo federal o decreto de nome social, e que, a partir daí, possibilitou o uso desse nome social no Cadastro de Pessoa Física (CPF), nas esferas da vida pública, nos serviços de atendimento de saúde e na identidade estudantil. Aliás, criou e ampliou o processo transexualizador em reconhecimento à identidade de gênero das pessoas trans e do direito delas fazerem a sua transição de gênero pelo serviço público de saúde.

Na administração de Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo, maior cidade do País, o programa Transcidadania colocou milhares de jovens de situação de risco em condições de exercer sua cidadania, acessando políticas públicas básicas, como o direito à saúde e à educação, formação profissional e cidadã. O PT precisa fazer mudanças nos seus procedimentos. E forçar que a Justiça Eleitoral faça também.

Nossa luta é por direitos, pela democracia e pela felicidade das pessoas. Temos de fazer democraticamente esse debate da identidade social e de gênero para visibilidade trans. É justo, humano e digno da nossa história.

Glaisi Hoffmann

Senadora e Presidenta Nacional do PT

Homens de Bem, a moral burguesa, a não-existências de pessoas Trans e o extermínio de LGBTI Reflexão, desabafo e indignação de uma travesti

Por Symmy Larrat

Os homens de bem, como se intitulam os defensores da família, da moral e dos bons costumes, da ordem e do progresso, são aqueles que nos legislativos defendem ao armamento da população, o estado mínimo, o latifúndio, o agronegócio, o fim das legislações trabalhistas, a isenção de qualquer imposto das igrejas e que socialmente defendem a agressão a pessoas LGBTI, a cura gay, a criminalização do aborto e dos usuários de droga. São estes homens e mulheres de bem que alicerçados na hipocrisia perpetuam a exclusão de pessoas trans (mulheres transexuais, travestis e homens trans) de qualquer possibilidade de acesso a direitos e cidadania e na defesa da moral burguesa nos remete a uma situação de não existência.

De dia homens de bem se dividem em perseguir as LGBTI tentando impedir qualquer avanço das políticas públicas de inclusão dessas populações; promovendo ações de "higienização" de espaços públicos levando presas travestis que frequentam áreas centrais e logradouros na tentativa de construir uma "Cidade Linda"; impedindo qualquer debate na educação de gênero e sexualidade; defendendo tortura e porrada para "corrigir" pessoas que ousam fugir da lógica hetero-cis-normativa.

Mas a noite ou na solidão de seus escritórios/gabinetes ou mesmo em quartos de motéis/hotéis ou ainda em encontros disfarçados de reuniões de negócios são os que acessam as mais diversas pornografias (algumas vezes até no plenário da Câmara dos Deputados), aliás prática comum no Brasil, país que mais registra assassinatos transfóbicos e que mais consome pornografia trans, são os que visitam as esquinas em que travestis se prostituem, promovem orgias caras com prostitutas e prostitutos de luxo regados a mesma droga que de dia criminalizam.

Para estes senhores, uma pessoa trans pode estar numa esquina para lhe subservir de práticas sexuais que ele não encontra ao lado de senhoras de bem, mas não pode permitir que esta travesti esteja estudando numa sala de aula ao lado de sua filha. A esta travesti resta a noite como espaço de possível existência, mas será que ela existe ou que estas práticas de constante negação de sua existência e de exclusão de suas possibilidades já não a matou no momento em que ela ousa se identificar com o gênero com o qual ela se reconhece? Mas pontuaremos isso em seguida.

Estas pessoas se baseiam em um conceito de moral que se institui na sociedade há algum tempo: A Moral Burguesa! Trata-se da moral que um grupo dominante impõe sobre um grupo inferior, neste caso específico de um grupo de heterossexuais e cisgêneros.

As questões de moral, assim como todas as questões da vida social, foram tratadas, pela primeira vez, de forma científica com o advento do materialismo histórico que demonstrou a inconsistência das concepções de moral expondo os defeitos das teorias constituídas sobre a moral.

Para estes mesmos homens de bem, a moral está na religião, afirmando que as concepções morais dos homens se originam da "razão divina" ou a atribuam a um sentimento moral particular, a uma consciência do dever moral instintiva da alma humana. Ou seja, as LGBTIs ou são produtos do pecado orientados pelo mal ou são um desvio de conduta moral da humanidade. Em palavras menos rebuscadas, somos nós homossexuais, bissexuais, pansexuais, travestis, transexuais e transgêneros, coisa do demônio, ou resultado de má influência, ou mesmo safadeza e descaramento. Este julgamento moral deve ser resolvido, de acordo com o discurso de ódio promovido pelos homens de bem, com o extermínio dessa população. E como nos exterminar? Há várias formas de extermínio aplicadas em nossa sociedade: 1. Obrigando ao tratamento de pseudo curas, torturas psicológicas e físicas podendo chegar até mesmo ao exorcismo; 2. Desconhecendo estas pessoas como sujeitos de direito e impossibilitando-as de acessarem serviços básicos de cidadania ou direitos constitucionais como o nome, casamento, trabalho e outros; 3. Assassinando essas pessoas, para eu sirvam de exemplo da intolerância com as suas existências.

O financiamento do conservadorismo, o golpe que vivenciamos na democracia Brasileira tem como objetivo não só a troca de cadeiras na presidência, mas também de imposição de um conceito moralista em que pessoas que amam pessoas do mesmo gênero e as pessoas que vivenciam sua identidade de gêneros são consideradas inimigas da família e através disso justificar as ações de extermínio acima citadas.

A violência perversa, machista, misógina que o patriarcado brasileiro impetra à população LGBTI, é a violência do neoliberalismo patriarcal e necrófilo em que somos meros objetos descartáveis utilizadas somente para o prazer subserviente. Aqueles que ousam romper com a lógica Cis-hetero-normativa, cabe a retaliação, o estupro corretivo, as violências e em último caso, a morte.

Esta sociedade liderada pelos homens de bem, onde impera a lei do mais forte, a lógica da meritocracia, onde os direitos individuais estão sendo violados a cada dia (onde um juiz determina que nome você deve usar e quem você é), nesta sociedade os detentores do poder determinam que vidas têm valor (em geral, homens brancos, heteros, cisgêneros e ricos) relegando as outras o lugar da não existência, da morte em vida, vidas descartáveis, vidas de mulheres, em especial as negras, lésbicas, bissexuais, travestis e trans, de LGBTI, migrantes, prostitutas, pessoas em situação de rua e/ou dependência química, de periféricos e tantas outras. Esta necropolítica, como já foi demonstrado trata-se de uma ação do estado que relega a esta população o abandono, que lhes desprotege e que lhes deixa morrer, que alimenta o discurso de ódio facista, racista, machista, classista, misógino, homofóbico e transfóbico. Que nos usurpa o direito de nos reconhecer como nação e de constituir nossas relações afetivas e familiares e se utiliza de um discurso nacionalista e de defesa da família para nos eliminar.

Nos resta, o fortalecimento das novas formas de organização e resistência, reconhecimento das diversas existências de gênero, respeito as identidades e unificação dos corpos atingidos pela necropolítica numa reação de luta constante e ocupação dos espaços de direito e da cidade como um todo, transformando-as em cidades lindas de fato, onde a beleza esta na diversidade. **Lutemos!**

Symmy Larrat, Travesti, Feminista, Mulher, ativista pelos Direitos Humanos de LGBTI, Puta. Foi Coordenadora Geral LGBTI da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 2015/2016, Coordenadora do Programa Transcidadania na Prefeitura de São Paulo e hoje está Presidenta da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Symmy Larrat
Presidenta da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais

Por Keila Simpson Sousa

Em 1992 com a fundação da Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL, no Rio de Janeiro, já se imaginava a estratégia de atuar mais ativamente no cenário nacional e como as fontes e recursos eram parcos e de difícil acesso pela maioria das ONG existentes no Brasil naquele período e, também pela crescente onda de violências e falta de acesso aos serviços de saúde foi lançada a ideia de realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil fora na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas. Esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde, destaca-se que nesse período todas as ações em saúde para essa população ainda eram vistas somente a partir da perspectiva da epidemia de Aids, então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios que vale destacar não eram muitos nesse período.

Assim no início de 1993 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atua na Prevenção da Aids - ENTLAIDS, organizado pelo grupo ASTRAL. Esse encontro além de muitas parcerias contou com o apoio do Instituto de Estudos da Religião - ISER. Ele foi importante, pois contou com a participação de representantes de vários estados cujos grupos organizados, em sua maioria, era composto apenas por gays e lésbicas, as lideranças travestis eram bem poucas, assim como poucos também eram os grupos liderados por travestis: além do grupo ASTRAL no Rio de Janeiro havia o Grupo Esperança em Curitiba, ambos com travestis na direção e também como público alvo. No entanto, conseguiu-se mobilizar algumas travestis que se tornariam importantes lideranças em outros estados.

Como a força de vontade das lideranças naquele período eram muitas e necessários, segundo Giovanna Cardoso logo em seguida foi proposta a ideia de uma segunda edição desse encontro fora do Rio de Janeiro, isso abria um precedente excelente para aquele que seria o principal encontro de travestis organizadas do Brasil, o ENTLAIDS, e foi assim que a segunda edição aconteceu em Vitória ES para visibilizar e, conseqüentemente, dar o caráter nacional que o Encontro pedia. Neste momento, o objetivo principal era plantar a semente da organização do movimento na cidade em que acontecesse este evento, por isso ficou decidido que os Encontros seriam anuais e que aconteceria um ano no Rio e o outro fora.

O terceiro Encontro voltou para o Rio de Janeiro e foi nessa edição que surgiu o debate no sentido da necessidade de se criar uma rede que aglutinasse e encaminhasse as demandas e inquietações e propostas da população de travestis e transexuais brasileiras. Nos Encontros as questões relativas às travestis eram problematizadas e/ou lembradas uma vez por ano onde sempre havia um espaço para a reunião exclusiva. Nesta terceira edição o intuito principal foi o de criar uma rede nacional que se mantivesse articulada e todo todo.

"No segundo dia, a atmosfera da conferência é mais séria, há uma percepção de que alguma coisa deve ser concretizada, de que não há tempo a perder. Todo mundo espera a reunião das duas horas. Um cartaz do lado de fora do salão reservado anuncia que é só para travestis. Pergunto a Naja se posso sentar e apenas ouvir e ela me deixa entrar. Ativista experiente como é, conhece a importância de ter "cobertura" da imprensa.

Às duas em ponto oito travestis sentam num círculo de cadeiras. As veteranas estão todas presentes - Giovanna, Adriana, Naja - dando as boas vindas as novatas. Isabelita e Paola estão nervosas. É a primeira reunião política a que assistem. Beatriz será a mediadora.

- Nossa agenda - diz Giovanna - é organizar um sindicato nacional de travestis, mas sei que a palavra "sindicato" poderia não ser adequada. Cheira a governo. Talvez "rede" seja uma palavra melhor. O que estamos pedindo é que sejamos respeitadas - Somos apenas figuras de proa dentro do grupo de gays e lésbicas - diz Adriana - A coisa mais importante é que tentemos formar algo para amanhã - recorda Naja - Precisamos formar um grupo e criar um diretório. - O círculo que havia começado com oito participantes agora é ampliado para 24. Todo mundo está atento e ansioso para participar. De vez em quando todas começam a falar ao mesmo tempo. - Vocês precisam levantar a mão e esperar pela vez de falar - recorda-lhes Beatriz".





Na manhã seguinte, Naja preside a sessão de encerramento, e, como sempre fala eloquentemente. Qualquer grupo de mulher teria sorte, se tivesse uma líder tão dedicada.

Temos que dar uma direção a proposta. Temos que discriminar o sexo na qualidade de profissão dos travestis. Precisamos ser reconhecidos como profissionais de sexo e dizer não à violência. Precisamos começar pela AIDS, mas estamos buscando direitos humanos e cidadania.

Pronto: estava criado o movimento organizado de travestis!

Esse texto relata exatamente como tudo começou a partir de 95 na visão da pesquisadora, mas ele ainda dá a impressão que hoje como antes ainda se trabalha muito nessa metodologia de educação entre pares e esse talvez seja o maior trunfo da ANTRA. Mas os debates ali também tratavam de outras pautas que pareciam caras ao movimento que ora se iniciava como: o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação pautas que ainda hoje 24 anos depois ainda permeiam universo dos debates da população Trans.

Havia entre o grupo uma grande vontade individual de atuar politicamente, no entanto, faltava uma ferramenta que propiciasse essa interlocução e comunicação entre as militantes, assim foi criada inicialmente a Rede Nacional de Travestis – RENATA com o objetivo de proporcionar maior articulação das travestis brasileiras. Mas, para que uma rede nacional viesse a existir de fato houve várias tentativas entre 1993 e 2000.

No entanto, em 1997 foi necessário pensar em como aumentar o número de pessoas participantes dessa rede, percebeu-se a necessidade de atuar com um pouco mais de agilidade, pois as representantes ainda não tinham tomado a devida noção da importância de se trabalhar em rede e de forma unificada. O ponto central das discussões foi a ampliação da rede e como trazer os liberados, o "L" da sigla do ENTLAIDS, para dinamizar a articulação. Assim o nome foi modificado para Rede Nacional de Travestis e Liberados – RENTRAL.

Essa mudança de nomenclatura não quer dizer que se criou coisa diferente, pois era a mesma rede, porém essa modificação fora necessária para possibilitar maior organicidade a ela. Um episódio que ganhou notoriedade nacional foi quando a então presidente Jovanna Baby conclamou todas as travestis brasileiras a rasgarem seus títulos de eleitores em sinal de protesto ao descaso a que eram relegadas, dizendo: "se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!".

A RENTRAL atuou com esse nome até o ano de 2000, e novamente o movimento organizado pautou a possibilidade de ter uma nomenclatura mais de acordo com as instituições que estavam se organizando e nascendo, e assim numa reunião organizada num encontro na cidade de Porto Alegre no mês de dezembro se delibera a alteração do nome RENTRAL para ANTRA que naquele momento se originou como Articulação Nacional de Transgêneros. Esse termo transgêneros tinha sido bem debatido nos encontros que antecederam essa decisão, e um dos argumentos bem fortes para a aceitação desse termo era a carga pejorativa que a palavra travesti carregava. Foi preciso muito embate e debates para que esse termo fosse modificado tempos depois, pois era preciso segundo algumas ativistas, e especialmente da autora desse artigo que o que era necessário era descolar os termos pejorativos que tinham colocado na palavra travesti, a partir daí iniciou-se um movimento para tirar o estigma do termo. Só anos depois a ANTRA conseguiu retirar e modificar a sua nomenclatura para Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Ressalto que as nomenclaturas iniciais do movimento não tiveram registro de pessoa jurídica essa personalidade jurídica só teve registro em cartório no ano de 2002.

A pessoa escolhida para presidir a ANTRA em sua primeira gestão no ano 2000 veio do Grupo Esperança de Curitiba que foi a responsável pela inclusão da ANTRA no cenário nacional, produzindo um folder onde apontava a sustentabilidade como uma importante ferramenta para as atuais e futuras associadas. Em 2002 numa nova assembleia foi eleita a representante da Associação de Travestis do Ceará – ATRAC, de Fortaleza. Essa diretoria idealizou e iniciou o Projeto TULIPA de abrangência nacional, que visava identificar e capacitar novas lideranças para atuar em diversas frentes de proposição e garantia de direitos para a população de travestis e transexuais. Essa gestão foi encerrada de maneira abrupta, pois a presidenta Janaína Dutra, veio a óbito, despedindo-se de maneira prematura do movimento que tanto lutou para que ele existisse, mas deixou plantada uma semente vigorosa.

Assim a pessoa que assume a presidência será a vice que teve o seu ativismo no grupo Dignidade em Curitiba, mas infelizmente essa também tem problemas com a sua saúde e precisa se desligar das funções assumidas para tratar da saúde, tempos depois veio a óbito também e não teve tempo para ver o Projeto TULIPA desenvolvido. Dessa forma a terceira diretoria da ANTRA vai para a integrante da Associação de Travestis de Salvador ATRAS. Essa gestão foi ratificada em assembleia ordinária de Campo Grande em 2004.

A partir de então, intensifica-se a comunicação entre as associadas que permanecem interligadas e com isso importantes avanços são notados através da ocupação de espaços dentro do cenário político nacional e, pela primeira vez na história, travestis discutem com o governo federal a criação de uma campanha nacional para acabar com a discriminação sofrida. Assim o Programa Nacional de DST/AIDS elabora em conjunto com a ANTRA e lança no Congresso Nacional a campanha "Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos" em 29 de janeiro de 2004. Essa data viria a ser decretada pela diretoria como o dia nacional da visibilidade Trans.

O Projeto TULIPA, iniciado em 2002 com a segunda gestão da ANTRA teve na terceira gestão a execução da proposta pois conseguiu desenvolver um trabalho em rede nas cinco regiões brasileiras, implantando polos regionais e realizando capacitações. Na região norte o projeto foi desenvolvido pela ATRAAM – Associação de Travestis de Manaus/AM, com a assistência da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Diversidade de Boa Vista/RR; na região centro oeste, a responsabilidade coube a Associação de Travestis e Mato Grosso do Sul – ATMS, de Campo Grande/MS e a assistência realizada pela Associação de Gays, Lésbicas e Travestis – ACOGLET de Corumbá/MS; na região nordeste a Associação de Travestis – ASTRA de Aracaju/SE, fico u com a coordenação e com a assistência a Associação de Travestis de Salvador – ATRAS/BA; enquanto que na região sudeste a Associação de Travestis do Espírito Santo, e como assistente o Grupo Identidade de Campinas/SP; na região sul a coordenação coube ao Grupo Esperança, de Curitiba/PR e a assistência foi da Associação em Defesa dos Direitos Humanos de Homossexuais – Adelh Nostro Mundo de Florianópolis/SC.

Cada um desses polos executou um projeto regional que tinha como objetivo capacitar lideranças Trans nas áreas de prevenção as DST /Aids, direitos humanos e cidadania, estimulando ações e troca de informações em rede que pudessem se interiorizar pelo país inteiro. O desenvolvimento do projeto TULIPA terminou em 2.007 e trouxe uma interiorização do movimento, estimulando e trazendo para a cena nova lideranças.


No entanto, coube ao projeto TRANSPondo Barreiras: Rede de Saúde, Cidadania e Prevenção das DST/HIV, realizado entre 2008 e 2009, proposto pela Pact Brasil com o apoio do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais (antigo Programa Nacional de DST/AIDS) do Ministério da Saúde e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a tarefa de qualificar a atuação em rede de abrangência nacional e, em particular, as ações educativas em saúde e prevenção às DST/HIV/AIDS.

Em 1996 acontece o IV ENTLAIDS no Rio de Janeiro, já que a cidade que havia se habilitado para sediar essa edição não consegue arrebatar recursos e apoios para a execução do mesmo, então o grupo ASTRAL resolve bancar a organização e o faz. Esse foi o primeiro encontro que a autora desse artigo participou. Nesse debateu-se que a cidade que merecia ter um encontro dessa natureza seria São Paulo por todas as possibilidades e problemáticas que aquela cidade tem, e também por ser a cidade brasileira que mais recebe travestis, e nesse sentido deliberou-se que a V edição em 97 seria lá. Com o tema Abrindo novos caminhos São Paulo consegue realizar uma das maiores edições desse encontro. Depois como ainda vigorava aquele combinado de um ano no Rio e outro fora o VI encontro em 98 volta para o Rio. O nordeste com sua força política e ativismo Trans se propõe a realizar a VII edição em 99 e a cidade escolhida é Fortaleza. Em seguida na volta ao Rio de Janeiro em 2000 o VIII ENTLAIDS tem mais uma novidade, pois dessa vez sai da capital e é sediado numa cidade do interior e a escolhida foi Campos dos Goytacazes, lá uma das propostas apresentadas foi que esses encontros passassem a ser bianuais, e a motivação era a escassez de apoios e recursos anualmente para apoiar essa estratégia.

Delibera-se assim que a cidade que irá receber a IX edição seria Salvador e com a parceria de Aracaju, assim seguiu-se. Tempos depois em uma ação nada ortodoxa na cidade de Maceió num outro encontro que não tinha nada a ver com as nossas deliberações dos ENTLAIDS um grupo de ativistas Trans resolvem questionar a legitimidade da instituição da Bahia que havia sido escolhida para sediar a IX edição, e nessa reunião de forma muito questionável acabaram tomando a sede do evento para a cidade de Curitiba em 2002, pois havia sido deliberado a bi anuidade desses encontros. O IX ENTLAIDS aconteceu lá e com muita diplomacia a instituição de Salvador se fez presente para contribuir com o movimento que ela se proporia a ajudar. Mesmo em Curitiba percebeu-se a problemática desses encontros a cada dois anos, perdia-se muito em articulações e movimentos, e as necessidades da população Trans se tornavam cada vez mais urgentes, com isso retomou-se a realização anualmente. E a cidade escolhida para a edição de 2003, ou seja, o X ENTLAIDS fora Porto Alegre. Depois no ano seguinte surgem novas propostas de disputas para sediar os ENTLAIDS então num desses embates muito intensos dos encontros duas cidades disputam a sede de 2004 e a vencedora é Campo Grande que pela primeira vez consegue realizar um encontro naquela região o XI ENTLAIDS.

O XII ENTLAIDS de 2005 acontece em Florianópolis, depois em 2006 seria a vez de Goiânia, realizar o XIII encontro. No ano de 2007 o evento retorna para São Paulo pela segunda vez para a XIV edição, e só no ano seguinte em 2008 seria a vez de Salvador realizar a sua edição que foi o XV ENTLAIDS. Em 2009 o Rio de Janeiro que já havia organizado muitas edições no início retorna a realização desses eventos, e dessa vez com outra organização que já havia se ratificado naquele estado e consegue realizar a XVI edição. Em 2010 a XVII edição do encontro é realizado em Aracaju. No ano de 2011 a cidade de Recife se habilita a realizar a XVIII edição. Em 2012 a realização da XIX edição foi na cidade de Brasília. Em 2013 a cidade de Curitiba se habilita para realizar a XX edição, aqui novamente se pauta a intenção de realizar o encontro a cada dois anos, e a cidade escolhida para sediar a XXI edição do ENTLAIDS em 2015 é a cidade de João Pessoa na Paraíba, entretanto nesse período aumenta a recessão no Brasil, a política econômica tem sérios sinais de declínio vem os arrochos nos níveis estaduais e municipais, e com isso os compromissos acordados para realizar o encontro fica bem difícil de ser efetivado, então começa uma longa busca de formas e estratégias que viabilizem a realização do encontro na Paraíba, todos os esforços foram em vão não se consegue realizar o encontro como programado mesmo com um projeto aprovado para essa realização os apoios locais tão fundamentais para esses encontros não rolou e com isso foram feitas alterações para que o encontro pudesse ser realizado em Campo Grande por ter colocado se a disposição e pelo dinheiro do projeto estar alocado naquele município, dessa forma o XXI ENTLAIDS de 2015 que seria em João Pessoa acontece em 2016 na cidade de Campo Grande junto a eleição da ANTRA feita dessa vez excepcionalmente nessa edição. O próximo ENTLAIDS seria no ano de 2017 na cidade de Teresina que seria a XXII edição, e fora programado para ser realizado no primeiro semestre do ano, mas novamente por conta de concorrência públicas e ajustes orçamentários da proposta depois de dois adiamentos o encontro acontece em dezembro de 2017 na cidade de Teresina. Lá também se decide que deve se retornar as edições anuais desses encontros, pois o movimento precisa desse espaço a cada ano para as suas deliberações e dessa forma o próximo ENTLAIDS em 2018 será na cidade de Manaus o norte pela primeira vez recebe uma edição desse encontro que será a XXIII edição, e nessa mesma plenária já se aprova o encontro de 2019 que será sediado na cidade de Tapas RS sendo essa a edição de XXIV ENTLAIDS. Os números dos ENTLAIDS são grandiosos em formação, debates e encaminhamentos, com a realização do próximo na região norte tem se preenchido uma lacuna e dado cobertura a todas as regiões Brasileiras. Esses encontros são o eixo fundamental para o fortalecimento do movimento Trans organizados pela ANTRA. Todas as políticas e iniciativas para população Trans do Brasil por mais pequenas que sejam foram originadas nesses debates, todas as deliberações e recomendações de outras proposições tiradas noutros movimentos são pautas das atuações nesses encontros, as potencialidades de novas lideranças que surgem ano após ano nesse espaço apresenta pra a ANTRA uma responsabilidade maior ainda, as divergências e convergências que estão presentes quotidianamente leva a instituição para um olhar além das vivências e dos pertencimentos das integrantes dessa rede. →





Conviver com diversos engradecerá ainda mais a ANTRA num futuro bem próximo. Assim destaca-se que o período que as poucas políticas traçadas para essa população originou-se no governo do presidente Lula, a partir do Programa Brasil sem Homofobia 2004 algumas outras ações foram acontecendo para a população LGBT do Brasil, duas conferências 2008 e 2011 além do lançamento do CNCD LGBT em 2011, mas as políticas que atingiram de fato a população Trans só foi observada a partir do lançamento da Política Integral de Saúde LGBT do Departamento de Apoio a Gestão Estratégica e Participativa – DAGEP / MS com a constituição do Comitê Nacional de Saúde Integral da População LGBT, e a criação e lançamento da política integral de saúde LGBT. Essa política foi fundamental para que a população Trans acessasse o Sistema Único de Saúde de forma mais efetiva através de uma normativa dentro dessa política. O Processo Transexualizador do SUS. Esse processo é importante, pois por ele a população Trans pode acessar o SUS por outra porta. Até aí a porta que se mostrava mais acessível era a porta que tratava a política de Aids, depois a instituição do nome social no SUS pauta recorrente do movimento Trans desde os primórdios, mas com a efetivação também desse decreto originou-se outros Brasil afora, até chegar em 2016 com o decreto presidencial nº 8727/2016. Mais atualmente o nome social ganha outro campo de atuação quando o Conselho Nacional de Educação publica uma resolução sobre o nome social na escola baseado na resolução 12/2015 do CNCD LGBT e o ministério da educação homologa essa resolução agora em 2018.

Diante desse panorama a ANTRA entende que as políticas ainda são insipientes, não ter uma lei nacional contra essa violência e letalidade aprovada agrava muito esse quadro, e o grande número de pessoas Trans assassinadas nos últimos anos nos alerta para esse grande desafio que é encontrar caminhos para uma inclusão social maior da população Trans. Debater a entrada e permanência de Travestis e Transexuais nas escolas é ação que entendemos prioritárias para nossa instituição, atuar em parceria com empresas públicas e privadas no sentido de encontrar caminhos para a empregabilidade de pessoas Trans também é uma estratégia que não descuidamos dela, e acionar o Brasil nas cortes internacionais para que responda sobre esses assassinatos é uma tarefa que faremos no decorrer desse ano.

A ANTRA como rede nacional trabalha muito para atingir o nível máximo da sua atuação nas linhas que ela escolheu para trabalhar. Obviamente, que atua também em muitas outras frentes nas atualizações de todos os dias, trilhando e experimentando experiências novas, planejando futuros e vivendo presentes cientes do seu papel social e da responsabilidade que tem com o coletivo que a ela representa, das possibilidades e impossibilidades que ela se debate todos os dias e da meta que desenhou para ter como futuro que é RESISTIR PRA EXISTIR.

As principais linhas de atuação da ANTRA:

Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;

Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;

Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;

Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;

Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;

Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;

Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;

Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas

Referências:

PASTERNOSTRO, Silvana. Na terra de Deus e do homem: uma visão crítica da nossa cultura sexual. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro, Editora Objetiva Ltda. 1999.

*Keila Simpson Sousa, nasceu em Pedreiras MA reside em Salvador desde 1985 onde se engajou no movimento organizado LGBT em 91, desde então tem atuado pelo Brasil e o mundo levantando essas bandeiras e defendendo a população Trans para que essas possam ser re - inseridas na sociedade e possam viver num país melhor. ■

Keila Simpson Sousa
Presidenta da Antra
Conselheira nacional do CNCD
LGBT

